ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR: A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA ILHA DAS FLORES

LUÍS REZNIK
RUI ANICETO NASCIMENTO FERNANDES

> "Construção de um edifício adequado à recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de 50 000 indivíduos; e organização de um serviço de informações, locação e venda de terras que habilite o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo;
> Hospedagem até 8 dias;
> Transporte gratuito da Corte para as províncias e daí para as localidades onde os imigrantes houverem de ser colocados" [1].

HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES: DISPOSITIVOS DE RECEPÇÃO

O intenso movimento populacional da Europa para as Américas, na segunda metade do século XIX, especialmente nas duas últimas décadas, ensejou a preocupação, do lado de cá, com a recepção desses imigrantes. O ministro da Agricultura do Império do Brasil José Saraiva se apressou em propor, em 1881, a construção de um edifício para tratar convenientemente desse enorme afluxo de pessoas. Era preciso registrar, identificar as "aptidões", acomodar provisoriamente e alocar em locais de trabalho.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, em funcionamento desde 1883, foi um dos principais locais de recepção no Brasil e nas Américas. Por todo o continente americano foram estabelecidos dispositivos para a recepção dos estrangeiros que por aqui aportavam em busca de trabalho. A bem da verdade,

1 SARAIVA, 1882: 208.

as hospedarias constituíram mais um dos dispositivos da imigração. Havia uma extensa cadeia [2] que se iniciava na saída dos europeus de suas aldeias e cidades natais – muitas vezes, aliciados por agentes locais e internacionais e estimulados pela propaganda do Novo Mundo – até a chegada a um local de trabalho nas Américas, passando pelos trâmites oficiais da emigração nos portos e pelos dissabores do transporte nos vapores transatlânticos [3].

Desde meados do século XIX, "locais de recepção" foram criados por particulares, por vezes com subsídio público para "agasalhar" os imigrantes. Pequenas hospedarias, privadas ou públicas, enfrentaram os dilemas para estabelecer um conjunto de procedimentos para abrigar [4] os recém-chegados: a constituição de um corpo de funcionários relacionados a serviços especializados em um local pertinente a estas funções. Na década de 1880, a hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, e a hospedaria do Brás, em São Paulo, representaram o amadurecimento desse processo, em um momento em que se intensificou, de modo inédito, o volume de imigrantes que chegam ao país.

De forma similar ao que ocorreu no Brasil, os países que receberam grandes levas de europeus a partir de meados do século XIX – especialmente Estados Unidos, Canadá e Argentina –, organizaram os seus dispositivos de recepção. Foram estabelecidas grandes hospedarias, todas no litoral em locais estratégicos para a chegada dos vapores europeus, por onde ingressou a maior parte dos imigrantes.

A mais conhecida internacionalmente é Ellis Island, localizada em Nova Iorque, EUA. Funcionou entre 1892 e 1954. Estima-se que 40% dos cidadãos norte americanos atuais tem antecedentes que passaram por lá [5]. Ellis Island foi precedida por Castle Garden (1855-1890), administrada pelo estado de New York, que recebeu cerca de 8 milhões de imigrantes.

O prédio de Ellis Island, construído em madeira especialmente para os encargos de recepção dos imigrantes, foi vítima de incêndio em 1897. Nova edificação, "à prova de fogo" foi construída, e a hospedaria reabriu as portas em 17/12/1900, recebendo somente neste dia 2 251 imigrantes. Era um complexo

2 GONÇALVES, 2012.

3 A trajetória dos e/imigrantes foram as mais variadas. Por exemplo, muitos chegaram ao Brasil e se estabeleceram na Argentina, passando pelo Uruguai; outros foram contratados já na Europa para trabalhar em fazendas no Brasil, etc.

4 Termos como abrigar, acolher, depositar, agasalhar eram comuns nos documentos brasileiros do século XIX.

5 MORENO, 2003. Ver também http://www.nps.gov/elis/index.htm; http://www.ellisisland.org/genealogy/ellis_island_history.asp.

aonde funcionava, entre outros, um setor de desinfecção de pessoas e roupas, sala de registro, dormitórios masculinos e femininos, restaurante, hospital, depósito de bagagens, escritório de telégrafo e caminho para a ferrovia. A grande maioria, cerca de 80%, permanecia na hospedaria cerca de cinco horas na Ilha; poucos ficavam por dias. Ellis Island não foi exatamente uma hospedaria, mas um lugar de registro e controle da entrada de imigrantes.

Os números são surpreendentes: entre 1900 e 1914, cerca de 5 000 a 10 000 pessoas passavam diariamente por ali; em 1907, ano de pico, entraram 1 250 000 de pessoas; entre 1892 e 1924, passaram cerca de 12 milhões pela Ilha.

Com a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial, em 1917, Ellis Island se transformou em centro de detenção para os inimigos estrangeiros. O mesmo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. O confinamento na Ilha também atingiu, logo após o fim da Primeira Guerra, com o chamado "perigo vermelho" vários suspeitos "radicais".

Halifax, capital da Província de Nova Escócia, no litoral Atlântico, foi, ao menos desde o século XIX, o principal ponto de chegada de imigrantes no Canadá. Por ali, no Píer 2, foram estabelecidos os primeiros escritórios para assistência e controle dos recém chegados em fins daquele século. Após um incêndio em 1895, o Píer foi reconstruído e reaberto em 1915, para sofrer uma explosão em 1917[6].

Uma nova estrutura foi construída e, a partir de 1924, imigrantes começam a ser recebidos no complexo do Píer 21. Conectado à estação ferroviária, manteve escritórios de imigração e alfândega, serviços médicos, cozinha, hospital, berçário, dormitórios e um centro de detenção. Durante o período de funcionamento, por ali passou cerca de um milhão de imigrantes.

Na Argentina, desde princípio do século XIX, o governo alugava espaços para alojar imigrantes. Entre 1882 e 1911, funcionou a primeira hospedaria oficial, o Hotel de los Inmigrantes de La Rotonda. Por ali entraram cerca de 1 400 000 imigrantes, o que equivalia a 50% do total dos que ingressaram na Argentina nesse período[7].

Em 1911, foi inaugurado o que seria a hospedaria definitiva em Buenos Aires, ao lado do porto. Era um grande prédio de quatro pisos, com capacidade de alojamento para 4 000 pessoas. O refeitório estava preparado para atender quase 1 000 pessoas por vez. Havia, ainda, depósitos para bagagens, hospital, padaria, carpintaria, oficina de correios e telégrafos, assim como escritórios para registro

6 DODGE, s.d.; LEBLANC, s.d.

7 http://www.migraventura.net/sites/default/files/Hotel.pdf; http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/museo/hoteldelinmigrantes.pdf

e controle. Os imigrantes ficavam ali, em média, cinco dias, até conseguirem trabalho. Entre 1911 e 1920, a hospedaria alojou cerca de 500 mil pessoas.

No Brasil, durante a Grande Imigração, foram criadas inúmeras hospedarias, ao norte e ao sul, como, por exemplo, em Belém (PA), Florianópolis (SC) e Vitória (ES), todas no litoral. Esta última, instalada em 1889, funcionou durante cerca de 30 anos e, na primeira década, chegou a receber 20 mil imigrantes.

Nem todas as hospedarias, entretanto, se localizaram no litoral. Juiz de Fora (MG) sediou a Hospedaria Horta Barbosa, criada em 1888 e desativada na primeira década do século XX. Localizada estrategicamente, com fácil acesso rodoviário e ferroviário, esta hospedaria funcionava como local de acolhida aos imigrantes que chegavam de diversos portos, principalmente do Rio de Janeiro, com destino a Minas Gerais.

A maior hospedaria, em tamanho e número de imigrantes recepcionados, foi a Hospedaria do Brás, em São Paulo. Recepcionou 3 500 000 imigrantes entre 1888 e 1978. A edificação tinha dois andares: no andar térreo, ficavam os escritórios, a casa de câmbio, a sala médica, as cozinhas, os refeitórios e as salas de armazenagem. No andar superior, localizavam-se os dormitórios, que muitas vezes tinham apenas esteiras para as pessoas dormirem [8].

Construída para abrigar cerca de quatro mil pessoas, a Hospedaria de Imigrantes encarregava-se de receber e direcionar os trabalhadores estrangeiros para todo o estado de São Paulo. Ficava ao lado de um desvio da ferrovia que ligava Santos a Jundiaí e que trazia os imigrantes para a capital e levava o café direto para o Porto de Santos.

Anteriormente, o governo provincial de São Paulo instalara sua primeira hospedaria oficial, em 1878, no bairro de Santana, que foi desativada em 1880. Foi substituída pela Hospedaria do Bom Retiro que abriu as portas em 1882, com capacidade para 500 pessoas. Pequena para o fluxo que se intensificava, esta hospedaria levou seu tiro de misericórdia em 1887 quando ali surgiu um surto de varíola e difteria. A partir de então, passa a funcionar a Hospedaria de Imigrantes do Brás, oficialmente inaugurada em 1888.

Recepção, triagem e encaminhamento era o tripé que determinava a estadia do imigrante na hospedaria. Os serviços de alimentação e alojamento eram intercalados com os de controle médico sanitário, registro e direcionamento ao trabalho. Os serviços de higiene incluíam banho, desinfecção e troca de roupas e inspeção médica. O tempo médio de permanência dos imigrantes era de uma semana.

8 PAIVA; MOURA, 2008.

UMA POLÍTICA BRASILEIRA PARA A IMIGRAÇÃO

A experiência da imigração europeia para o Brasil data do período joanino e fixa raízes que perduram por todo o período imperial. Logo após o estabelecimento da Corte portuguesa em território americano, o monarca firmou contratos para atração de europeus objetivando a formação de colônias para ocupação do território brasileiro [9]. Subsidiava-se a viagem e o estabelecimento – com a concessão de terras, ferramentas e sementes – de colonos em áreas interioranas. Essa concepção colonizadora norteou as diretrizes da administração imperial até a década de 1870 [10].

A partir de meados do século XIX novas perspectivas são associadas à imigração. A extinção do tráfico de escravos (1850) e a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) colocavam em pauta o fim da escravidão e a necessidade de braços para a grande lavoura. O Senador Vergueiro propôs as colônias de parceria com imigrantes europeus como solução para o problema [11]. Os precários resultados desta experiência não animaram os proprietários. Debates acalorados foram travados sobre a questão e chegou-se a especular a atração de asiáticos. Em 1878, o Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Visconde de Sinimbu, convocou o Congresso Agrícola, no Rio de Janeiro. Foram arregimentados os proprietários das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espirito Santo e do Município Neutro para debater as necessidades da grande lavoura em termos de mão-de-obra, crédito e tecnologia. "O congresso permitiu que, pela primeira vez na história do Brasil independente, os proprietários pudessem falar aberta e diretamente ao governo, em vez de fazê-lo por intermédio da representação parlamentar ou das poucas associações de classe" [12]. Não houve consenso sobre uma série de questões, mas o problema da mão-de-obra foi identificado como o principal do setor agrícola do momento. Para muitos a imigração colocava-se como uma das possibilidades para solucioná-la.

O governo imperial passou a dividir com as administrações provinciais e com a iniciativa privada as ações de atração de imigrantes para o país. A política colonizadora foi, em grande medida, mantida pela administração imperial enquanto as províncias e os particulares passaram a incentivar a vinda de imigrantes

9 NICOULIN, 1995.
10 CARNEIRO, 1950.
11 HOLANDA, 2004.
12 CARVALHO, 1988: V.

para garantir braços para a grande lavoura. Neste último caso destacaram-se os presidentes da província e os cafeicultores de São Paulo que criaram agremiações promotoras da imigração [13]. Os serviços de recepção e encaminhamento dos imigrantes aos seus destinos incorporavam-se a esses debates.

Nesse cenário, em 1876, o Ministério da Agricultura promoveu a reestruturação dos departamentos dedicados à imigração, colonização e gestão das terras públicas. A Agência Oficial de Colonização e a Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas foram extintas e suas atribuições transferidas para a Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Cabia-lhe "desde o transporte marítimo e por terra até a alimentação, socorros médicos, e o mais que se fazia mister ao recebimento e agasalho de milhares de imigrantes, tudo foi prevenido com boa ordem, economia e a contento dos internados" [14].

Uma das principais preocupações da Inspetoria, imediatamente após sua criação, em 1876, era a proteção dos imigrantes em relação às doenças que assolavam a Corte Imperial. Na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, especialmente na sua segunda metade, irromperam muitas epidemias. A primeira grande epidemia de febre amarela ocorreu entre 1849 e 1850, atingindo mais da metade da população e deixando um saldo de mais de quatro mil mortos. Tal a gravidade da situação que o governo nomeou, nesse mesmo ano, uma Junta de Higiene para acompanhar os trabalhos de controle de epidemias e dotou-o de um serviço de estatística, ao que parece o primeiro da América do Sul. Durante toda a segunda metade do século XIX, a febre amarela assolou a cidade, deixando muitos mortos.

Nos anos 1870, os dois surtos mais graves ocorreram em 1873 e 1878. Cólera-morbus, varíola, tuberculose, doenças intestinais e malária também foram flagelos crônicos no Rio de Janeiro [15]. Esse quadro epidêmico promoveu campanhas anti-imigratórias para o Brasil na Europa. A Prússia, em 3/11/1859, proibiu seus súditos de partirem para São Paulo. Em 1871, a proibição foi estendida para todo o país. Medida semelhante foi adotada pela Inglaterra e França, respectivamente, em 1875 e 1876 [16].

13 BEILGUELMAN, 1981; GONÇALVES, 2012; KLUG, 2009: 199-231; OLIVEIRA, 2001; PETRÔNIO, 2004.

14 ALMEIDA, 1877: 404.

15 CHALLOUB, 1996; BENCHIMOL, 2001.

16 ZAIDMAN, 1983: 38.

O isolamento dos imigrantes em sanatórios, "pontos bem reputados por suas condições de salubridade" [17], foi a solução encontrada, à época para proteger os recém ingressos no país assim como na tentativa de mudar a imagem externa que se consolidava. Inicialmente tais espaços eram alugados a particulares, como, por exemplo, a hospedaria do Morro da Saúde. Posteriormente, o governo imperial constituiu a sua própria hospedaria. Essas instituições foram concebidas para isolá-los da cidade febril e, consequentemente, impedir a morte dos recém ingressos no país. A preocupação das autoridades era não deixar que a força de trabalho europeia, sadia e vigorosa, fosse penalizada e enfraquecida pela situação insalubre da cidade.

A Hospedaria de Imigrantes do Morro da Saúde fora criada em 26/3/1867 através do arrendamento, feito pelo Ministério da Agricultura, dos prédios de José Rodrigues Ferreira e tinha capacidade para 400 pessoas. Com sua criação a administração imperial substituía as hospedarias privadas da Praia Formosa e a da Rua da Imperatriz, de menor capacidade. Iniciou suas atividades em 14/4/1867 recebendo 33 norte-americanos [18]. Era tida como superior ao Castle Garden de Nova York: "O Ministério da Agricultura tem hoje pronto para a recepção de imigrantes um belo estabelecimento que corresponde em sua destinação à casa de recepção de Castle Garden em Nova York, mas, que lhe é muito superior no seu estilo geral e nas comodidades preparadas para os imigrantes" [19].

Em 1876 esta hospedaria sofreu com a infestação pela febre amarela obrigando a administração a fechá-la e a alugar alojamentos em Mendes, Barra do Pirahy e na Colônia de Porto Real, no interior da província do Rio de Janeiro [20]. Passado o surto epidêmico a Hospedaria foi reaberta no ano seguinte. Em 1881, a Hospedaria do Morro da Saúde foi novamente fechada e os imigrantes foram alojados em um navio do Ministério da Guerra, fundeado na Baía de Guanabara, ou transportados diretamente para São Paulo [21]. Essa precarização levou aos gestores da Inspetoria e do Ministério à proposição da criação de uma hospedaria em local adequado: a Ilha das Flores.

17 ALMEIDA, 1877: 404.

18 OLIVEIRA, 2008.

19 Este texto foi publicado originalmente no Anglo-Brazilian Times, de 23/4/1867. Foi reproduzido no Diário Oficial do Império, em 2/5/1867, apud. OLIVEIRA, 2008: 2.

20 CINTRA, 1877: 7-9.

21 CARVALHO, 1882.

A preocupação com a salubridade dos espaços de recepção e abrigo dos imigrantes recém chegados foi uma constante na administração pública. Em 1886, por exemplo, um navio que aportara no Rio de Janeiro, após inspeção médica, não foi autorizado a desembarcar os tripulantes, pois foram considerados infectados por moléstia contagiosa, sendo direcionado para a Ilha Grande [22].

A ILHA DAS FLORES: UM LOCAL ADEQUADO

O aumento do ingresso de imigrantes no país e a percepção da inadequação da hospedaria do Morro da Saúde ensejaram o projeto de definição de um espaço específico para atendimento dos recém-ingressos assim com a construção de um prédio específico e adequado para tal fim. Em 1881, o ministro, acatando sugestão do Inspetor de Terras e Colonização, estabelece quatro providências para preparar a administração pública para a ampliação do número de imigrantes no país:

> 1.º Construção de um edifício adequado à recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de 50 000 indivíduos; e organização de um serviço de informações, locação e venda de terras que habilite o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo;
> 2.º Hospedagem até 8 dias;
> 3.º Transporte gratuito da Côrte para as províncias e daí para as localidades onde os imigrantes houverem de ser colocados;
> 4.º Aquisição de terrenos quando os não houver devolutos à margem de ferrovias, estradas de rodagem e vias navegáveis para fundação de núcleos só provisoriamente e por curto prazo subordinados à inspeção do Estado [23].

Com o objetivo de construir de uma hospedaria adequada, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização apresentou projeto e orçamento à Inspetoria Geral de Obras Públicas. Quanto ao local, não mencionado, não foi aceito pelo presidente da Junta Central de Higiene Pública, provavelmente por ter sido

22 SILVA, 1887: 29-30.
23 SARAIVA, 1882: 208.

considerado insalubre. O Inspetor interino sentenciava os benefícios dessa obra: "é indubitavelmente esse um grande melhoramento que virá satisfazer, seu o serviço interno compreender todos os ramos que lhe são inerentes, uma de nossas mais palpitantes necessidades da atualidade" [24].

Em 16/1/1883 foi lavrada a escritura de compra da Ilha das Flores com a finalidade de ali se construir o prédio da Hospedaria. Esta ilha, e outras próximas, eram de propriedade do Senador José Ignácio Silveira da Motta [25]. O interesse do governo imperial na Ilha das Flores data de 1876 quando ali foi enviada uma comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, para avaliar as experiências de piscicultura em curso. Em seu relatório, a Comissão a descrevera: "o terreno da ilha está, em grande parte, inculto; a porção, porém, aproveitada em jardim, horta, pomares e roças mostra a feracidade natural, pelo desenvolvimento e viço do arvoredo e plantações" [26]. Constatava-se a produtividade pelo elevado número de árvores frutíferas – havia 800 videiras carregadas –, leguminosas na horta e plantava-se mandioca para a produção da fécula. A ilha contava ainda com galinheiros e currais.

Além da casa de morada do Senador, que continha um anexo para a recepção de hóspedes, a ilha possuía armazéns destinados à guarda de instrumentos de trabalho, barcos etc., e residências dos empregados dispersos no local.

Desenvolvia ali a criação intensiva de peixes em seis tanques que comportavam até doze mil animais. A referida Comissão, tendo em vista a crescente demanda de alimentos, gerada pelo aumento populacional das duas capitais – a Corte e Niterói, capital da província do Rio de Janeiro –, avaliava como positiva a experiência que ali se desenvolvia e propunha a aquisição da ilha para dinamizar aquela experiência e desenvolvê-la em outros centros pesqueiros. O plano, porém, se alterou conforme os rumos assumidos pela política imigrantista.

Logo após a aquisição iniciaram-se as obras de construção do prédio da Hospedaria que teria capacidade de atendimento de 800 a 1 000 imigrantes por vez. Enquanto o prédio não era concluído o serviço de acolhimento dos estrangeiros era realizado na hospedaria do Morro da Saúde, em uma hospedaria particular no Baldeador, Niterói, e utilizavam-se instalações existentes na Ilha do Carvalho [27].

24 CARVALHO, 1882: 6.
25 ESCRITURA, 1883.
26 IMPERIAL, 1876: 3
27 ÁVILA, s/d: 222.

A escolha deste local deve ter seguido dois critérios. Em primeiro lugar a salubridade do local. Sendo uma ilha não tinha contato permanente com os centros administrativos da nação – a cidade do Rio de Janeiro – e da província fluminense – a cidade de Niterói – e com suas constantes epidemias [28]. O relatório da visita dos representantes ministeriais, em 1876, destacava as potencialidades produtivas e sanitárias da ilha. Por outro lado a ilha situa-se na Baía de Guanabara, no território niteroiense, e poderia ser facilmente acessada por navios de pequeno porte a partir do porto do Rio de Janeiro. Estar próximo à capital fluminense era permitir o uso dos hospitais locais, São João Batista e Santa Isabel, para o atendimento dos casos mais graves. Estar próximo à Corte significava uma maior atuação da gestão imperial sob aquela iniciativa que atraia os olhos de outras províncias.

A questão sanitária era uma constante nos relatórios. A preocupação era demonstrar que a hospedaria era um sanatório plenamente capaz de atender às demandas do abrigo dos imigrantes antes de sua transferência para os destinos finais. Registrando o primeiro ano de funcionamento da hospedaria (1883), Affonso Penna, então ministro da Agricultura, afirmava que

> "o estado sanitário manteve-se inalterado, não tendo falecido senão seis imigrantes, dos quais um por efeito de hemorragia cerebral, dois por efeito de asfixia por submersão, um adulto e duas crianças de meses que desembarcaram para a ilha moribundos por efeito de angina" [29].

O seu sucessor, João Ferreira de Moura, no ano seguinte (1884), afirmava que

> "acha-se bem organizado ali o serviço sanitário [...] tendo eu mesmo sido testemunha, na visita que ali fiz, das boas condições que o estabelecimento apresenta, para que, com pouco mais, corresponda plenamente ao fim que o Governo teve em vista, quando resolveu fundá-lo" [30].

28 Niterói foi grassada pela febre amarela em 1849, 1851,1876, 1885, 1886, 1888, 1889; pela varíola em 1849, 1876, 1885, 1886, 1888, 1888,1893; e pelo cólera em 1853, 1867. Ver WERHS, 1984; SOARES, 1994.

29 PENNA, 1884: 216.

30 MOURA, 1885: 361.

Ao último ministro da agricultura do governo imperial, Rodrigo Augusto da Silva, o Inspetor Geral das Terras e Colonização, Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos, afirmava que

> "Durante 3 anos e 10 meses de existência tem sido alojados na Ilha das Flores 38 680 imigrantes, dos quais 12 501 no ano findo. Em tão largo período, no decurso do qual mas de uma vez tem grassado com intensidade não só no porto, como na cidade de Niterói e do Rio de Janeiro, moléstias epidêmicas, é agradável registrar, nenhum caso de moléstia se deu que revelasse sintoma epidêmico, e menos, que produzisse a morte no indivíduo acometido. Os falecimentos, que ali se tem dado em número muito limitado, são provenientes de enfermidades contraídas durante a viagem, sendo na maior parte, de crianças" [31].

A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA ILHA DAS FLORES. ESTRUTURAÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

Desde a década de 1870, o incentivo à imigração era a tônica dos discursos ministeriais. Projetavam-se mudanças nas práticas de atração e fixação de imigrantes tendo como parâmetros as experiências norte-americanas e argentinas. Incentivava-se a propaganda que os colonos já residentes pudessem fazer junto às suas famílias e amigos; investia-se na mudança da imagem do país no exterior; realizavam-se contratos com particulares ou agremiações para arregimentar imigrantes. Em paralelo, a política de colonização foi revista. Entre outras ações, foram estabelecidas regras para aquisição de lotes e materiais de infraestrutura para a fixação de novos núcleos coloniais e regularizadas atividades laboriais para ocupação dos colonos até que a primeira safra fosse colhida e que estivessem consolidados.

A par disso não se tinha noção da estrutura que seria necessária para a recepção dos imigrantes. Ao iniciar os trabalhos a Hospedaria da Ilha das Flores tinha capacidade para receber até 1000 imigrantes por vez e, acolhera, em 1883, 7 402. Sete anos depois, em 1890, foram registrados 66 494 recepcionados naquele espaço, conforme tabela abaixo:

31 VASCONCELLOS, 1887: 9.

QUADRO N.º 1
Ingresso de Imigrantes

Anos	Hospedaria da Ilha das Flores	Porto do Rio de Janeiro	Brasil
1883	7 402	–	24 827
1884	8 138	17 999	19 608
1885	10 579	22 727	29 408
1886	12 501	22 236	25 741
1887	18 834	33 310	54 990
1888	33 384	55 863	131 745
1889	26 848	–	65 187
1890	66 494	85 162	107 100

Fonte: *Relatórios Ministeriais*, 1884–1890.

O crescimento constante gerou a necessidade de ampliar e complexificar a estrutura de abrigo ali em curso. Ao iniciar suas atividades a Hospedaria da Ilha das Flores era constituída de

> [...] um galpão construído de tijolo e frontal, medindo 71m de comprimento sobre 13 m de largura, não compreendidas as varandas laterais, e dividido em quatro grandes salões para dormitório, três salas para enfermaria e consultório médico, e outros sete compartimentos para dependências do serviço de hospedagem de imigrantes. O refeitório e cozinha estão provisoriamente instalados em antigos telheiros, achando-se em construção um edifício para deposito de bagagens e viveres, cozinha e copa. Não existindo na ilha senão um depósito com a capacidade necessária para conservar 63 000 litros d'água, deu-se começo à construção de outro com capacidade para 40 000 litros[32].

32 PENNA, 1884: 215-216.

O ministro tinha ciência que a estrutura criada passaria por alterações futuras em decorrência das necessidades advindas com a ampliação do afluxo de imigrantes ao país. "Outros melhoramentos irão sendo realizados à proposição das necessidades, tendo-se à vista que ao imigrante recém-chegado não faltem condições de conforto" [33]. Em sua descrição elencou quatro temas que envolverão a gestão do Ministério da Agricultura no final do século XIX e em princípios do XX.

O primeiro deles diz respeito aos alojamentos para abrigar os imigrantes. Em 1883 a Hospedaria era composta de um único prédio compartimentado entre os dormitórios, dependências médicas e administrativas. O aumento da capacidade de absorção dos recém-chegados levou a construção, em 1888, de novos alojamentos aumentando sua capacidade total para 2000 pessoas [34].

Entre 1883 e 1891 o número de internos na ilha aumentou exponencialmente. Além dos dormitórios foram construídas outras dependências necessárias às suas necessidades. A cozinha e o refeitório originais foram alojados em antigos telheiros já construídos no engenho de Silveira da Motta. Em 1888, mais um refeitório foi construído [35]. Dois anos depois, 1890, novas cozinhas e refeitórios foram erguidos [36]. Por demanda dos imigrantes foi construída uma lavanderia, em 1885 [37].

O segundo conjunto de preocupações eram os espaços reservados aos doentes. Ao ser construída, a Hospedaria possuía duas enfermarias e um consultório médico no prédio dos alojamentos. Estas dependências deveriam ser usadas apenas por casos de doenças simples. Ao chegar ao Porto do Rio de Janeiro, o navio era inspecionado pelo médico da Hospedaria. Os casos graves eram transferidos para hospitais da Corte ou de Niterói. Os navios com graves problemas eram isolados na Ilha Grande, no sul fluminense. Para aviamento ágil dos medicamentos necessários aos cuidados dos doentes na Hospedaria foi criada, em 1884, uma botica [38].

Em 1886 foi construído um prédio específico para enfermaria. Com tal medida cumpriam-se duas prerrogativas das ações governamentais na ilha. O novo prédio isolava os doentes do contato com os imigrantes sadios e, por outro lado, ampliava

33 PENNA, 1884: 216
34 VASCONCELLOS, 1889: 10.
35 VASCONCELLOS, 1889: 10.
36 LUCENA, 1891: 104.
37 VASCONCELLOS, 1886: 6.
38 MOURA, 1885: 361.

o espaço destinado aos dormitórios [39]. Em 1891 a Hospedaria ganhou novas enfermarias tendo em vista o volume de imigrantes que abrigava [40].

A despeito das precauções, em 1899, a Hospedaria da Ilha das Flores sofreu um surto de febre amarela tendo em vista que "apesar dos cuidados para impedir o aparecimento de doenças contagiosas estas são difíceis de serem controladas devido a constante relação dos imigrantes com a população da capital" [41].

A recepção e o transporte das bagagens dos imigrantes foi o terceiro universo de questões que envolveu a administração ministerial. As bagagens eram verificadas nos navios ou na própria Hospedaria. A recepção das bagagens era um problema. Ao aportar, no Rio de Janeiro, os passageiros desembarcavam e, aqueles que não possuíam destino prévio, eram encaminhados à Hospedaria da Ilha das Flores. Suas bagagens, muitas vezes não eram desembarcadas e os navios seguiam viagem. Por vezes, os imigrantes eram enviados à hospedaria e suas bagagens remetidas dias depois, quando, já tinham partido para seu destino final. Visando agilizar esse problema e evitar problemas de envio das bagagens o ministério passou a cobrar, dos capitães dos navios, maior agilidade na liberação da bagagem. Não surtindo o efeito esperado passou a designar um funcionário para ir a bordo e localizar as bagagens. Por fim o Ministério passou a responsabilizar-se pelas bagagens extraviadas indenizando as perdas. Em 1888 foi construído o primeiro galpão específico para o armazenamento das bagagens e também foram comprados equipamentos de desinfecção [42].

Por fim a estrutura administrativa e de serviços para o atendimento dos imigrantes foi sendo ampliada conforme o crescimento da demanda.

Ao ser criada a hospedaria passou a contar com José Xavier da Cunha como seu administrador. O Regulamento provisório que organizava o funcionamento da Hospedaria estabelecia seu quadro funcional que seria composto por 15 trabalhadores do quadro fixo: um ajudante da administração, um médico, um farmacêutico, um escrivão, um almoxarife, um fiel, um encarregado de armazém de bagagem, um maquinista, dois auxiliares intérpretes internos, um feitor, um enfermeiro, dois ajudantes de enfermaria (sendo um deles mulher, para a enfermaria feminina). Além destes, o diretor da Hospedaria poderia contar ainda com um amanuense para o escritório, guarda para o almoxarifado e para

39 VASCONCELLOS, 1887: 9.
40 ABREU, 1891: 13.
41 MAIA, 1900: 72-73.
42 VASCONCELLOS, 1889: 12-13.

o serviço de bagagens, intérpretes externos, cozinheiros e ajudantes, serventes, vigias de portos, encarregados de refeitório, da iluminação e das latrinas [43]. Não sabemos se a Hospedaria pôde contar com todos esses funcionários no início de suas atividades. Certo é que a o crescimento do número de internos gerou a ampliação do quadro funcional e promoveu a necessidade de construção de espaços específicos para estes.

Cinco anos depois de inaugurada (1888) foi construído um prédio para a Secretaria da Hospedaria [44]. Em 1890, ano de auge de recepção de imigrantes foi necessária a construção de um refeitório e uma cozinha específica para os funcionários [45]. No ano seguinte, foi construída uma casa para o ajudante do Diretor [46].

Em conjunto era necessário a autonomização da Hospedaria frente a uma série de questões infra-estruturais como o abastecimento de água. Desde sua criação a Hospedaria era abastecida em água potável pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro. Originalmente, em 1883, havia dois reservatórios com capacidade total de 103 000 litros de água [47]. Dois anos depois, 1885, foi construído um terceiro reservatório para 70 000 litros. No ano seguinte, foi criada uma cisterna e um sistema de captação de água da chuva [48].

Nesse universo, outra preocupação era com o transporte dos imigrantes do Porto do Rio de Janeiro para a Ilha e desta para o destino final. Para fazer o translado entre a Corte e a Ilha, em 1883, o Ministério da Marinha havia disponibilizado uma lancha e o Ministério da Agricultura autorizada a compra de duas outras embarcações [49]. No ano seguinte, 1884, já contava com a lancha e três batelões [50]. Dois anos depois, 1886, tinha 2 lanchas, 2 batelões e utilizava o serviço de barcos particulares nos períodos de maior afluxo [51]. Como resultado do ápice de recepção dos anos de 1890 e 1891, o relatório de 1892 registra que a Hospedaria contava com oito embarcações: três vapores e cinco batelões [52].

43 REGULAMENTO, s.d.
44 VASCONCELLOS, 1889: 10.
45 LUCENA, 1891: 104.
46 ABREU, 1891: 14.
47 PENNA, 1884: 216.
48 VASCONCELLOS, 1886: 6.
49 PENNA, 1884: 217.
50 MOURA: 1885: 361.
51 VASCONCELLOS, 1887: 12-13.
52 Relatório de 1892

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores foi a primeira instituição oficial estabelecida pelo governo imperial. O longo aprendizado de recepção de imigrantes durante o século XIX, na Corte e na província do Rio de Janeiro, não foi suficiente para planejar o que deveria ser uma grande hospedaria. Ilha das Flores, tão logo foi aberta, necessitou de inúmeras adaptações e reformas. Em grande parte, as transformações e reestruturações ocorridas devem-se ao ineditismo da experiência em receber milhares, dezenas de milhares de imigrantes por ano. A prática cotidiana moldou a estrutura de recepção.

Durante a década de 1880, mais de 70% dos imigrantes que entraram no Brasil, ingressaram pelo porto do Rio de Janeiro. A grande maioria não tinha contatos na terra e passou pelos trâmites de uma hospedaria. Até a instalação da Hospedaria do Brás, em São Paulo, Ilha das Flores fez o papel principal de recepção, acolhimento e triagem para locais de trabalho. Entre 1883 e 1890, recebeu mais de 180 mil imigrantes, dos 450 mil que ingressaram no país.

Procuramos argumentar que a experiência da recepção aos imigrantes, em fins do século XIX, foi uma experiência "universal", isto é, os países americanos criaram dispositivos similares para dar conta do massivo deslocamento populacional do Velho Continente para o Novo Continente. Ainda assim, cada um dos dispositivos se apresentou de modo particular, com características próprias. Conhecer e comparar as hospedarias na sua universalidade e nas suas especificidades é uma forma de compreender como cada uma das sociedades estabeleceu suas relações com o estrangeiro e com o diferente. Nesse sentido, é uma maneira de conhecermos a nós mesmos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ABREU, Candido Ferreira de, 1891 – "Relatório apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas pelo engenheiro Candido Ferreira de Abreu, Inspetor Geral Interino das Terras e Colonização", in FARIA, Antão Gonçalves de, *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro D'Estado dos Negócios de Agricultura, Commercio e Obras Públicas, em maio de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

ALMEIDA, Thomaz Jozé Coelho de, 1877 – *Relatório apresentado á Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança.

ARAÚJO, Manoel Alves de, 1882 – *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras* Públicas. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

CARVALHO, Manoel Maria de, 1882 – "Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro Manoel Alves de Araújo pelo Inspetor Geral interino. Inspetoria Geral das Terras e Colonização", in ARAÚJO, Manoel Alves de, *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras* Públicas. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

CINTRA, J. C. Coelho, 1877 – "Relatório da 2ª Secção da Inspetoria Geral de Terras e Colonização. 25/11/1876", in ALMEIDA, Thomaz Jozé Coelho de, *Relatório apresentado á Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança.

ESCRITURA de venda da ilha denominada das Flores, dos Ananazes e da Maxingueira, situadas na Bahia do Rio de Janeiro, que fazem o Conselheiro Senador José Ignácio Silveira da Motta e sua mulher a Fazenda Nacional. 1883. Cópia transcrita pelo Instituto Nacional de Imigração de Colonização (INIC). 4/6/1957ª, in *Livro do Comando da Tropa de Reforço*. Mimeo. s/d. Acervo: Ilha das Flores.

IMPERIAL Instituto Fluminense de Agricultura. 1876. *Relatório da Commissão encarregada de examinar o estabelecimento de psicultura da Ilha das Flores*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

LUCENA, Barão de, 1891 – *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro D'Estado dos Negócios de Agricultura, Commercio e Obras Públicas, em junho de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MAIA, Alfredo Eugênio de Almeida, 1900 – *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas no ano de 1900, 12º da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MOURA, João Ferreira de, 1885 – *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

PENNA, Affonso Augusto Moreira, 1884 – *Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

REGULAMENTO provisório para a hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores. S/l, s/d. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP. Notação: Pasta 479. Caixa 181. Maço 3)

SARAIVA, José Antônio, 1882 – *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

SILVA, Rodrigo Augusto da, 1887 – *Relatório apresentado à Assembléia Geral na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de, 1886 – "Relatório da Inspetoria Geral das Terras e Colonização apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Antônio da Silva Prado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo", in PRADO, Antônio da Silva, *Relatório apresentado à Assembléia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de, 1887 – "Relatório da Inspetoria Geral das Terras e Colonização apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Antônio da Silva Prado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo", in SILVA, Rodrigo Augusto da, *Relatório apresentado à Assembléia Geral na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de, 1889 – "Relatório da Inspetoria Geral das Terras e Colonização apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo", in SILVA, Rodrigo Augusto da, *Relatório apresentado à Assembléia Geral na quarta sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, J. Fernando, 1950 – *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil.

BEIGUELMAN, Paula, 1981 – *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense.

BENCHIMOL, Jaime Larry, 2001 – *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*, 20.ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos.

CHALLOUB, Sidney, 1996 – *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

CARVALHO, José Murilo de, 1988 – "Introdução", in *Congresso Agrícola*. Edição facsimilar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

DODGE, Craig, s/d – *Remembering Pier 2: Halifax's Other Immigrant Gateway*. Disponível em: http://www.pier21.ca/research/pier21/the-first-seventy-five-years;

GONÇALVES, Paulo César, 2012 – *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda.

HOLANDA, Sergio Buarque de, 2004 – "As colônias de parceria", in HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, vol. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

KLUG, João, 2009 – "Imigração no Sul do Brasil", in GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.), *O Brasil Imperial*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KUSHNIR, Beatriz, 2008 – "A hospedaria Central. A ilha das Flores como ante-sala do paraíso", in HECKER, Alexandre; MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de (orgs.), *Deslocamentos & histórias*. Os portugueses. Bauru: Edusc.

LEBLANC, J. P., s/d – *The Pier 21 Story. Halifax 1924-1971*. Disponível em: http://www.pier21.ca/research/pier21/the-first-seventy-five-years

MORENO, Barry, 2003 – *Ellis Island*. Arcadia Publishing.

NICOULIN, Martin, 1995 – *A gênese de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, Betty Antunes de, 2008 – *Alguns dados históricos da vinda de norte--americanos ao Brasil no século XIX*. S/l. Mimeo. Disponível em: http://www.pibrj.org.br/historia (acessado em 15/10/2012).

OLIVEIRA, Lucia Lippi, 2001 – *O Brasil dos imigrantes*. São Paulo: Jorge Zahar Ed.

PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya, 2008 – *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.

PETRÔNIO, Teresa Schorer, 2004 – "Imigração assalariada", in HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, vol. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOARES, Emmanuel de Macedo, 1994 – *Figura e fatos da medicina em Niterói*. Rio de Janeiro: Imprinta.

WERHS, Carlos, 1984 – *Niterói. Cidade Sorriso. A história de um lugar*. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica.

ZAIDMAN, Daiana, 1983 – *A imigração ao Brasil no Império. O caso particular da Hospedaria da Ilha das Flores*, dissertação de mestrado em História. Niterói.

SITES

http://www.nps.gov/elis/index.htm.

http://www.ellisisland.org/genealogy/ellis_island_history.asp.

http://www.migraventura.net/sites/default/files/Hotel.pdf;

http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/museo/hoteldelinmigrantes.pdf